



Anais da Assembleia

Nº 72

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1983.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguo Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 38/83 de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que visa a criação da 20a. SUBDIVISÃO POLICIAL, com sede em Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência para a tramitação do Projeto de Resolução nº 33/83, que dispõe sobre a criação da Comissão de Direitos Humanos e solicita, também, a sua inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei nº 84/83, de au-

toria do Poder Executivo e que trata do aumento de 35 por cento nos vencimentos do funcionalismo público estadual, devendo o mesmo ser discutido e votado após as duas proposições da Comissão Especial de Reforma à Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações com a Sociedade Duque de Caxias pela maneira, democrática, de como realizou as eleições para sua Diretoria, ocasião em que concorreram as Chapas "Sempre Duque" e "Duque de Caxias", sagrando-se vencedora, do pleito, a Chapa "Duque de Caxias", encabeçada pelo Sr. Erno Alfredo Peter.

Requeiro, outrossim, seja extensivo o voto de congratulações à Chapa vencedora, e da decisão da Casa seja dado ciência às duas Chapas concorrentes e à Sociedade Duque de Caxias.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações com o Santa Mônica Clube de Campo pela maneira democrática como realizou as eleições para sua Diretoria, ocasião em que concorreram as Chapas "Família Moniquense" e "Ação Moniquense", sagrando-se vencedora do pleito, a Chapa "Família Moniquense" encabeçada pelo Dr. Alberto Garcez Duarte.

Requeiro, outrossim, seja extensivo o voto de congratulações à Chapa vencedora, e da decisão da Casa seja dado ciência às duas Chapas concorrentes e ao Santa Mônica Clube de Campo.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário, seja enviado aos nobres Senadores da República, membros da Comissão de Segurança Nacional, ofício solicitando que estes manifestem-se favoravelmente à aprovação do projeto de lei que reestabelece a autonomia política nos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Helena, Guaíra, Pérola D'Oeste, Cândido Rondon, Medianeira, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Capanema e São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O reestabelecimento da autonomia política e a consequente modificação da legislação de excessão que impede o sagrado e inalienável direito dos munícipes de elegerem diretamente seu Prefeito. O referido projeto de lei já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, e, se aprovado pela Comissão de Segurança Nacional, irá ao Plenário com grandes possibilidades de converter-se em lei. Isto representará o atendimento dos anseios há muito manifestos dos habitantes destes municípios e representará mais um importante passo rumo à

verdadeira democratização do País. Portanto, não pode esta Assembléia Legislativa ficar omissa nesta relevante questão, que afeta milhares de paranaenses.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos Excelentíssimos Senhores Senador da República Álvaro Dias, Deputados Federais Líderes das bancadas paranaenses do PMDB e PDS, Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Dr. Horácio Raccanelo Filho, Ilustres Presidentes das Associações dos Municípios do Paraná, e Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, Senhores Nivaldo Krüger e Delso José Trentin, respectivamente, consubstanciado em apelo para que sejam encetados esforços visando reformular a legislação federal vigente, referente à cobrança da Taxa Rodoviária, no sentido de que a maior arrecadação da mesma seja destinada aos municípios, propiciando desta maneira melhores condições para que as comunas brasileiras possam, através desses meios e outros sobreviverem e diminuir os fatores determinantes do seu empobrecimento, como atualmente vem ocorrendo.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

Tal manifestação desta Assembléia, visa corroborar os constantes reclamos das municipalidades brasileiras, que, com relação aos serviços de trânsito, tem o maior índice de responsabilidade sem que para isso recebam qualquer benefício da contribuição que o Governo Federal arrecada da Taxa Rodoviária Única.

Sobre tal assunto houve várias manifestações dos municípios paranaenses, inclusive da Câmara de Cascavel, que através de expediente, atendendo a requerimento do Vereador Aldo José Parzianello, já encaminhou a autoridades federais e estaduais, apelos neste sentido.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado à Presidência do Banestado e do Badep, respectivamente, solicitando-lhes a abertura de crédito especial aos produtores de álcool e açúcar do Estado do Paraná, segundo solicitação formulada neste sentido pela Alcopar. Através da Secretaria das Finanças.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

As razões apresentadas pelo Diretor atual da Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do Paraná, Sr. Felizardo Meneguetti, por si só justificam a necessidade de abertura de crédito especial para os empresários do ramo. Segundo estes argumentos, a partir do início da safra de cana, 1.º de maio próximo passado, as usinas e destilarias contrataram grande número de trabalhadores que foram remunerados, apesar de impossibilitados quanto à prestação de serviços, devido às últimas chuvas que assolaram o Paraná, acarretando imensa defasagem nos fluxos financeiros. Segundo o ato n.º 17 da Presidência do IAA, que distribui quota individualizada de produção no Paraná, considerando 150 dias de safra, o Estado teria que exibir produção de 32.000 toneladas de açúcar e 80.500 m3 de álcool, o que representaria um faturamento na ordem de Cr\$ 16,1 bilhões, quando a produção efetiva no mesmo período foi de apenas 1.728 toneladas de açúcar e 23.800 m3 de álcool, com um faturamento de tão somente Cr\$ 3,6 bilhões, o que nem de longe alcançou os custos para obtenção de tão inexpressiva produção. Somem-se a isso as perdas ocorridas nas la-

vouras, onde toneladas de cana cortada não puderam ser aproveitadas dentro do prazo útil para moagem, bem como a perda de produtos fermentados e que não puderam ser destilados".

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER envio de ofício a Senhora Secretária da Educação, solicitando auxílio financeiro para a Fundação "Casa do Estudante Universitário" do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação "Casa do Estudante Universitário" do Paraná, CEU, entidade filantrópica de utilidade pública, abriga 410 estudantes carentes de recursos financeiros, oriundos do interior deste e de outros Estados da União. Eles dependem completamente dos serviços que a Fundação lhes proporciona: moradia, alimentação, lavanderia, etc. Dificilmente conseguiriam sobreviver - na condição de estudantes - se lhes fossem negligenciados tais serviços, responsáveis pela sua manutenção nesta Capital.

A CEU é dotada de autonomia administrativa, caracterizada pelo trabalho de seus moradores, organizado em 27 departamentos. Seus serviços e atividades visam primeiramente aos seus moradores e, num segundo estágio, estendem-se a toda a comunidade estudantil. Exemplo disso é o seu restaurante, responsável por 2.000 refeições diárias, servidas aos estudantes a preços reduzidos.

Para seu contínuo funcionamento, a CEU depende essencialmente de subvenções concedidas por alguns órgãos estaduais, sobretudo a Secretaria de Estado da Educação. Desde outubro de 1982, a entidade não vem recebendo auxílio, e, por conseguinte, os problemas de ordem financeira vêm comprometendo sensivelmente os serviços que a Casa presta a seus moradores e aos demais estudantes que dela se beneficiam. No que concerne à compra de alimentos para o restaurante estudantil, a situação é preocupante, pois os recursos próprios, gerados pelos Departamentos, tornam-se irrisórios quando comparados com os recursos necessários à aquisição de gêneros alimentícios.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz formulando solicitação no sentido de encarecer urgentes providências daquela Secretaria, visando a construção de pontes através da inclusão do Município de Tibagi no Programa do Pro-safras, a saber:

I - Ponte sobre o rio Penha, com vão de 15,00 m.

II - Ponte sobre o rio Capivari, com vão de 15,00 m.

III - Ponte sobre o rio Santa Rosa, com vão de 8,00 m.

A solicitação que ora apresentamos é de grande importância para o município, sendo que as pontes solicitadas são a única maneira de fazer a travessia nos referidos rios, de produtos agrícolas ali produzidos.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Nelson Friedrich, mui-

digno Secretário do Interior, solicitando que a distribuição de água no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas, passe a ser de responsabilidade da Sanepar.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A distribuição de água no Distrito de Ibema está sendo efetuada por uma empresa particular, que há vários anos procura negociar a transferência desse compromisso, sem alcançar o objetivo desejado.

Há necessidade de ampliações da rede hidráulica existente, e também a implantação desse benefício na área industrial, a qual necessita de altos investimentos, e que somente a Sanepar possui condições de realizar, já que foi criada para tal finalidade.

Sendo a Sanepar, uma empresa do serviço público e responsável por esse tipo de atendimento, nada mais justo do que transferir tal responsabilidade àquela concessionária, a qual, temos certeza, se empenhará no sentido de atender a população daquele próspero Distrito.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao ilustríssimo Sr. Edson Roberto Correia Camargo, mui digno Superintendente Estadual da Fundação Legião Brasileira de Assistência, solicitando a imediata reativação do Núcleo da LBA na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Recebemos cópia do requerimento apresentado pela Vereadora Egidia Santana Covatti, daquela cidade, conforme fotocópia em anexo, solicitando a intercessão deste Parlamentar junto à Fundação Legião Brasileira de Assistência, para que Cascavel tenha novamente reativado o Núcleo da LBA naquele município, em vista a grande necessidade que vem fazendo à população carente do município.

Por essa razão, fazemos este apelo àquela Fundação, a qual temos certeza atenderá nossa solicitação, providenciando a imediata reativação daquele Núcleo.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. José Richa, Digníssimo Governador do Estado e Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária da Educação, solicitando:

a) implantação, pelo Estado, do 2.º grau no Distrito de Lindoeste, que já funciona aproximadamente há cinco anos por extensão da Escola João Branco de Santa Tereza;

b) estadualização da Escola de 1.º grau Visconde de Mauá, situada no Distrito de Alvorada do Oeste, Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A Escola Visconde de Mauá, da 1a. à 8a. série, é mantida pela Prefeitura Municipal de Cascavel. Sua estadualização já foi solicitada através daquela Prefeitura, cujo processo encontra-se em poder da Secretaria da Educação.

No entanto, torna-se também necessária, a estadualização do 2.º grau, que é atualmente de responsabilidade da CNEC — Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, estando em funcionamento graças a uma contribuição da Prefeitura Municipal de Cascavel e da mensalidade cobrada dos alunos.

Sendo a CNEC uma entidade que depende do auxílio da comunidade daquele distrito, torna-se cada vez mais difícil aos pais, a manutenção dos estudos dos seus filhos, já que as mensalidades cobradas pelos estabelecimentos de ensino de 2.º grau, giram em torno de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros).

Sendo um distrito em desenvolvimento, depende sua economia essencialmente da agricultura, e como a atual política agrícola dificulta ainda mais a sobrevivência do pequeno lavrador, pesa no orçamento daquela população o pagamento das mensalidades, tornando-se assim, impossível à comunidade estudantil daquele distrito dar continuidade aos estudos, tão necessário ao progresso de um distrito.

A implantação do 2.º grau, beneficiará não só ao Distrito de Lindoeste, como também os distritos vizinhos que possuem aproximadamente 24 escolas dependendo do 2.º grau daquele distrito.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando a pavimentação da rodovia que liga a PR-460 (Pitanga-Campo Mourão) ao Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A região a ser atendida, localizada entre Ivaiporã e a PR-460, no Município de Pitanga, representa grande extensão de região totalmente agrícola, cuja produção é escoada basicamente através de Ivaiporã, polo da Região Central do Estado.

A ligação da PR-560 até Ivaiporã se faz através de rodovia com trânsito um tanto difícil devido às condições sempre prejudicadas pelas chuvas, o que torna intransitável a rodovia impedindo o escoamento da produção, quebrando a safra, isolando regiões, trazendo angústias e sérios prejuízos à população. Sua pavimentação virá beneficiar distritos e localidades como Cataporanga, Nova Tebas, Romeópolis, Alto Lajeado, Arapuã, entre outros. Área essa, representante de alta densidade populacional e constituída de pequenas propriedades agropecuárias.

Compreendemos o atendimento a esse pedido como um meio de garantir o escoamento da riqueza produzida pelo homem do campo e evitando prejuízos decorrentes de sua falta.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, imediatas providências, por parte do DER e DNER, no sentido de se recuperar a Rodovia que liga Cerro Azul a Curitiba, permitindo, desta forma, o retorno à normalidade do transporte e comercialização da principal cultura daquele município que é a Laranja.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoio: Aníbal Khury.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cerro Azul tem como uma de suas principais atividades agropecuárias o cultivo da laranja, merecendo, em função disso, destaque estadual e nacional, não só pela quantidade mas também pela qualidade da sua produção.

Cerro Azul, a exemplo de outros municípios do Paraná, muito sofreram com as últimas chuvas que a isolaram por vários dias dos centros de comercialização de seu principal produto, provocando, neste sentido, sérios prejuízos à economia municipal e estadual, levando, inclusive, alguns produtores a situações de desespero devido a perda quase que total de sua lavoura.

Por essas razões, julgamos ser necessário medidas urgentes por parte do DER e do DNER, no sentido de se recuperar, com a maior brevidade possível, as vias de acesso àquela região, permitindo-se, desta forma, que o pouco que restou da produção de laranja naquele município e região, possa, finalmente chegar aos centros de comercialização e consumo.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhar expediente aos Excelentíssimos Srs. Ministro de Estado da Agricultura, Presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária, solicitando a sustação do lançamento pelo Incra, do imposto territorial rural — I.T.R., com redução de noventa por cento dos tributos e, aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Coordenador Estadual da Defesa Civil, Presidente da Associação Paranaense dos Municípios, Deputados Federais da Bancada do PDS e PMDB e Prefeitos Municipais, dos municípios relacionados no Decreto n.º 5.280/82, solicitando apoio no sentido de gestionar junto às autoridades a sustação do lançamento do I.T.R., com redução de noventa por cento dos tributos.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por objetivo solicitar das autoridades competentes a sustação do lançamento pelo Incra, do Imposto Territorial Rural - I.T.R., com noventa por cento do valor tributado, pelos seguintes fatos:

O Governo do Estado decretou "Estado de Emergência", por proposta da Coordenação da Defesa Civil, através do Decreto n.º 5.280/82, com o objetivo de obter recursos financeiros da área federal aos municípios atingidos e relacionados no decreto.

Os prejuízos verificados nos municípios paranaenses não foram idênticos aos dos Estados do Norte e Nordeste brasileiro, onde os efeitos na seca são mais abrangentes, enquanto que no caso em tela (Paraná), as chuvas atingiram pontes, estradas e bueiros, basicamente, as cheias ocuparam áreas esparsas, não determinando a frustração da produção pretendida pelo decreto.

Somente os municípios poderiam informar com mais precisão dos efeitos das cheias e, em particular aqueles que têm limites territoriais com os Rios Paraná, Paranapanema, Ivaí, Iguaçu e outros tantos.

Enfim, o Decreto do Governo do Estado, previa obter recursos; e a Portaria n.º 94 do Ministério de Estado da Agricultura, MANDA reduzir em noventa por cento os lançamentos dos tributos do Imposto Territorial Rural — I.T.R., isto é, os municípios perderão quase a totalidade do imposto.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, e ao Governador do Estado do Paraná Sr. José Richa, solicitando a criação de Núcleo Regional de Ensino na região Central do Paraná, com sede no Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em análise na Secretaria de Estado da Educação anteprojeto que visa reformular o atual quadro de Inspetorias e Núcleos Regionais. Neste sentido, serão extintas as atuais Inspetorias Regionais de Ensino e um maior número de Núcleos Regionais de Ensino serão criados.

Creio que tais mudanças visam adaptar as estruturas da referida Secretaria de Estado às novas realidades políticas, sociais e econômicas; destacando aí o aspecto educacional.

Neste sentido, a localização e jurisdição dos referidos Núcleos devem obedecer a um critério de importância política do município em sua região e densidade educacional, entre outros fatores sociais. Quanto à importância política, destacamos as cidades-polo regionais; quanto à densidade educacional, destacamos as cidades sedes das Inspetorias Regionais, além do número de alunos, escolas, professores, etc.

Amparados pelo que expusemos acima, compreendemos a importância e a necessidade de tornar o Município de Ivaiporã, sede de Núcleo Regional de Ensino, posto que ele se encaixa nos devidos critérios.

Ivaiporã é sede da 54a. Inspetoria Regional de Ensino, o que lhe dá um destaque no campo educacional em sua região. Esse fator veio aumentar o fluxo de pessoas das cidades vizinhas em direção àquela município, que hoje conta com 14.605 alunos. Esse número dos correspondentes dos municípios vizinhos totaliza 76.401 alunos entre 1.º e 2.º graus, além de 2.803 professores.

Por outro lado, o Município de Ivaiporã tornou-se o polo político-sócio-econômico da Região Central do Estado, devido à instalação de diversas sedes regionais e agências de órgãos da administração pública, que propiciou uma intensificação ainda maior do fluxo das populações dos municípios vizinhos rumo à Ivaiporã, em busca de diversos serviços ali existentes. Para exemplificar, relacionamos alguns órgãos públicos com sede em Ivaiporã e suas respectivas áreas de abrangência:

- 1) 54a. INSPETORIA DE ENSINO, Ivaiporã, Jardim Alegre, Grandes Rios, Lunardelli, São João do Ivaí;
- 2) 2a. CIA DA 10a. BP MILITAR, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lunardelli, São João do Ivaí, Grandes Rios, Faxinal;
- 3) NÚCLEO REGIONAL DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, Ivaiporã, Fênix, São Pedro do Ivaí, Kaloré, Borrazópolis, Rio Bom, Marilândia do Sul, Barbosa Ferraz, São João do Ivaí, Lunardelli, Faxinal, Jardim Alegre, Grandes Rios, Ortigueira, Manoel Ribas e Cândido de Abreu;
- 4) NÚCLEO REGIONAL DO ITC — INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA, Ivaiporã, Fênix, São Pedro do Ivaí, Kaloré, Borrazópolis, Rio Bom, Marilândia do Sul, Barbosa Ferraz, São João do Ivaí, Lunardelli, Faxinal, Jardim Alegre, Grandes Rios, Ortigueira, Manoel Ribas e Cândido de Abreu;
- 5) NÚCLEO REGIONAL DA EMATER-PARANÁ/ACARPA, Ivaiporã, São Pedro do Ivaí, Kaloré, Borrazópolis, Rio Bom, Marilândia do Sul, Barbosa Ferraz, São João do Ivaí, Lunardelli, Faxinal, Jardim Alegre, Grandes Rios, Ortigueira, Manoel Ribas e Cândido de Abreu.
- 6) 38a. CIRETRAN, Ivaiporã, Jardim Alegre, Manoel Ribas, São João do Ivaí, Lunardelli e Cândido de Abreu;
- 7) COPASA — Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, Ivaiporã, São João do Ivaí, Jardim Alegre, Manoel Ribas e Lunardelli;
- 8) COPIVA — Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Ivaiporã, Ivaiporã, Manoel Ribas, Jardim Alegre, São João do Ivaí, Lunardelli;
- 9) CLASPAR — Companhia de Classificação do Paraná, Ivaiporã, Jardim Alegre, Manoel Ribas e Lunardelli;
- 10) SENAR — Serviço Nacional de Formação Profissional Rural, Ivaiporã, Grandes Rios, Jardim Alegre, São João do Ivaí, Lunardelli, Faxinal, São Pedro do Ivaí e Borrazópolis;
- 11) SORCEP — Sociedade Rural do Centro do Paraná, Ivaiporã, Manoel Ribas, Pitanga, Cândido de Abreu, Grandes Rios, Jardim Alegre, Lunardelli, Faxinal, Borrazópolis, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí e Barbosa Ferraz;
- 12) IVAIPORÃ — Comarca Sede da 46a. Seção Judiciária, abrangendo as comarcas de Faxinal, Grandes Rios, São

João do Ivaí, Barbosa Ferraz e respectivos municípios das comarcas acima citadas;

13) I.B.C. — Instituto Brasileiro do Café, Ivaiporã, Jardim Alegre, Manoel Ribas, Grandes Rios, São João do Ivaí, Lunardelli, Faxinal, Cândido de Abreu, São Pedro do Ivaí, Pitanga;

14) AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL, Ivaipora, Grandes Rios, Jardim Alegre, Manoel Ribas e São João do Ivaí;

15) SUBSTAÇÃO CENTRAL DE ITAIPU — com sede no Município de Ivaiporã.

Esses dados evidenciam e comprovam o grande fluxo de populações dos municípios da Região Central do Estado, com interesses os mais diversos, em direção à Ivaiporã, o qual irá aumentar ainda mais com a instalação prevista para o ano de 1984 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sendo que já foi criada a Fundação Educacional de Ivaiporã, órgão mantenedora da mesma.

Pelos motivos já expostos e levando-se em consideração que temos que procurar diminuir as distâncias a serem percorridas pelas pessoas interessadas, propomos a título de sugestão a seguinte área de abrangência para o Núcleo Regional de Ensino a ser criado.

- 1) Ivaiporã-Sede;
- 2) Jardim Alegre, distância, 14 quilômetros;
- 3) Grandes Rios, distância, 22 quilômetros;
- 4) Lunardelli, distância 25 quilômetros;
- 5) Manoel Ribas, distância 37 quilômetros;
- 6) São João do Ivaí, distância 40 quilômetros;
- 7) Borrazópolis, distância, 45 quilômetros;
- 8) Cândido de Abreu, distância, 54 quilômetros;
- 9) São Pedro do Ivaí, distância, 58 quilômetros;
- 10) Faxinal, distância, 69 quilômetros;
- 11) Pitanga, distância, 68 quilômetros;
- 12) Fênix, distância, 77 quilômetros;
- 13) Barbosa Ferraz, distância 89 quilômetros.

Acreditamos, pois, considerando os dados aqui apresentados, ser uma necessidade a criação e instalação de um núcleo regional de ensino em Ivaiporã. O atendimento a esse pedido vem atender aos anseios da população da Região Central do Paraná, sempre marginalizada e esquecida em que pese a sua contribuição para todos os setores da economia, da política e da educação paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado José Antônio Fonseca.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Squarezi. (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz hoje à tribuna é um dos temas mais controvertidos dos nossos dias. Controvérsias geradas pela sua amplitude que envolve desde a intimidade do lar, à Igreja e o planejamento governamental. Um tema controvertido e polêmico que faz girar, em torno dele, todo um aspecto reivindicatório de prós e contras, e até mesmo de acusações. A principal delas

é de que, os defensores das idéias são agentes das multinacionais, que vêm, na adoção das idéias defendidas, mais uma fonte de lucro para as organizações que, desde muito tempo estão dilapidando a economia nacional. Ainda no terreno do contra, o aspecto religioso fala mais alto, mas mesmo com a nossa formação cristã, nos posicionamos favoravelmente, e justificando, com a própria condição de seguidores de Jesus Cristo, que nos faz lutadores contra o aumento da miséria entre os homens. Estamos falando do controle da natalidade, ou mais precisamente, um termo que nós, a partir do instante em que ocupamos esta tribuna, queremos fazer crer que, de acordo com a maioria dos pensadores, com a maioria das pessoas que, interessadas no assunto têm propugnado por uma solução que é a da discussão aberta com o povo da Nação brasileira, ou seja, no nosso entender particular, assistência materno-infantil, com uma paternidade responsável.

A questão, adormecida por algum tempo, voltou com toda a força, após o pronunciamento do Senador Roberto Campos e está ecoando em todos os Legislativos do País, e aqui também, em Curitiba, não poderia ser diferente, como na Câmara Municipal de Curitiba, onde o debate já foi estabelecido através da Vereadora Rosa Maria Chiamulera. E achamos por bem fazer uma abordagem, aqui na Assembléia Legislativa, onde queremos destacar que, estamos cientes de que estamos tocando num tema polêmico e do poderio daqueles que, não em pequeno número, mas sim, em bastante, é grande a extensão desses elementos. O que nos encoraja é a preocupação com a qualidade de vida da população. Qualidade de vida que ajudou a colocar as palavras bonitas em todo que é plano de governo, mas que pouco foi alcançada na prática.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Controlar a natalidade não é tornar as mulheres estéreis, afrontar princípios religiosos, dar guarida aos multinacionais fabricantes de anticoncepcionais ou dotar os governantes de mecanismos que possibilitem o controle do crescimento de raças ou de classes sociais. Controlar a natalidade é se preocupar com o semelhante e esquecer credo, posicionamento ideológico e vencer inclusive idéias arcaicas, e incentivar, principalmente, a paternidade responsável. Como não pensar em controlar a população, quando apenas um por cento da população brasileira detém dezoito por cento da renda nacional? Culpa do modelo econômico a concentração de renda? Pode ser. E a simples mudança da metodologia governamental vai tirar da miséria milhões de crianças da noite para o dia? Os demais filhos que os casais mais humildes terão daqui para diante, teriam as mesmas condições que os primeiros filhos? Entendemos que tudo tem um limite de praticidade, sem queremos transformar em ciência fria e calculada o direito dos pais em aumentarem suas famílias. E não é preciso muito pensarmos, para concluirmos que cada casal tem uma capacidade para dar todas as condições normais de saúde, lazer, educação aos filhos. Capacidade que também é limitada no Estado.

Hoje, como representantes do povo, temos uma grande responsabilidade que está acima da cor partidária: o compromisso com o futuro de nosso Estado. É preciso que a herança de nossos filhos seja um País melhor e muito mais humano. Quando chegarmos ao ano 2.000 que está a apenas 17 anos de nós, o Brasil terá mais de duzentos milhões de habitantes. Sobre eles estará uma dívida social que estamos ajudando a acumular, como afirmou a Senadora Eunice Michiles no Congresso Nacional. A aqueles que são contra o controle da natalidade, lançamos algumas interrogações: as idéias religiosas, o acatamento de idéias retrogradadas e uma simples mudan-

ça da política governamental, vai acabar com a mortalidade infantil, com a desnutrição, vai melhorar a qualidade do ensino, vai dar melhores habitações, vai gerar mais empregos e vai melhor distribuir a renda? E fazemos mais uma interrogação: o homem comum precisa de 12 anos de estudos para a sua formação básica, quanto tempo a maioria de nossas crianças passa na escola?

Companheiros, as interrogações são muitas. Precisamos encontrar uma resposta. Tivemos a formação de médico e a oportunidade de conviver diretamente com a população mais humilde do interior do Paraná. Sabemos o sofrimento que o excesso de filhos traz às famílias mais carentes, na crucial hora em que surgem doenças mesmo comuns à infância, as dificuldades da parturiente subnutrida na hora do parto, e os problemas maiores ainda na hora de alimentar e educar. Não podemos ficar mais de braços cruzados e simplesmente acusar o governo. É urgente que partamos para a prática. Também não queremos ser os donos da verdade nesta hora, vamos olhar os bons exemplos. A China pode ser lembrada com as próprias palavras de Mao Tse Tung. Ele afirmou em 1949: "A teoria absurda de que o aumento da produção de alimentos não pode alcançar o aumento populacional, expressada por economistas burgueses ocidentais, tais como Malthus e congêneres, foi não somente refutada em teoria pelos marxistas, como também foi derrubada, em prática, na União Soviética pós-revolucionária e na China liberada". Oito anos se passaram e Mao mudou de idéia quando afirmou em 1957: "O crescimento da população deve ser controlado".

Srs. Deputados. Controle populacional está acima de ideologias como afirmamos. Além do mais não podemos conceber um governo que não seja formado por legítimos representantes do povo. Representantes que sabem das dificuldades de seus representados e que algumas providências precisam ser tomadas. A não ser que abdicuemos da nossa condição de deputados. É preciso minorar o sofrimento do povo. O Brasil já deu alguns passos tímidos no sentido de controlar a natalidade, quando em 1977, o Ministério da Saúde incluiu o planejamento familiar no Programa Materno Infantil. Em 1979 o planejamento familiar foi incluído nas diretrizes do governo João Figueiredo, os economistas Glycon de Paiva e Rubens Vaz da Costa, analisaram implicações do crescimento populacional desordenado, sobre o desenvolvimento sócio-econômico, e o jurista Carlos Dunshee de Abranches, defendeu o planejamento familiar como um direito humano, e atribuiu a cada Estado, internamente a responsabilidade de promover o controle da natalidade. Ou seja, como nós queremos, nesta oportunidade e a partir desta data, levar ao conhecimento do povo do Paraná, a assistência materno-infantil, com a paternidade responsável.

A discussão está aberta. As referências para o nosso posicionamento são muitas, como as idéias do Padre Paul-Eugène Charboneau, que escreveu sobre o assunto para a "Folha de São Paulo" e de Martha Suplicy que, diariamente, está na Rede Globo. É preciso, no momento, abertura para as novas idéias e preocupação com o povo e quebra de alguns tabus. Tabus não só religiosos, mas também de ordem comportamental. Sobre nós do sexo masculino deve pesar no momento uma acusação. A acusação de sermos machistas e só admitirmos que a mulher possa ser usada para evitar filhos, enquanto nós continuamos como reprodutores.

O dia em que aceitarmos a vasectomia, quem sabe toda a sociedade aceite mais naturalmente o controle da natalidade.

Aproveitamos esta oportunidade, este dia e este momento, para desta tribuna, renovarmos aqui o apelo feito pela

médica e Vereadora Rosa Maria Chiamulera, para que a Secretaria de Saúde amplie e aperfeiçoe o Serviço de Planejamento Familiar, instalado atualmente em complementação ao atendimento materno-infantil, em TRÊS CENTROS de Saúde da Capital.

O serviço é deficiente em relação à demanda. No Centro de Saúde Metropolitano da Rua Barão do Rio Branco, por exemplo, a mulher tem que ESPERAR QUASE DOIS MESES para realizar o exame preventivo do câncer, exigência inicial, básica, e fundamental para se ter acesso aos métodos anticoncepcionais.

No Setor de Reprodução Humana do Hospital de Clínicas, A ESPERA PARA ATENDIMENTO TAMBÉM É DE UM E MEIO A DOIS MESES, o que mostra ser a oferta de serviços bem inferior à demanda.

Por isto, se solicita que o Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde, Dr. Luiz Cordoni, através da Administração do Hospital Victor do Amaral, reveja seu posicionamento em relação ao COFAM, Centro de Orientação Familiar e Assistência à Mulher, que prestava serviços básicos à comunidade, principalmente à mais carente, quanto aos métodos naturais e artificiais de anticoncepção, exames preventivos de câncer, tratamento da esterilidade e das doenças sexualmente transmissíveis.

Soubemos que na sindicância instalada, os ANTIGOS DIRETORES DO HOSPITAL VICTOR DO AMARAL NEM FORAM OUVIDOS, como o Dr. César e Dr. Hamilton Júlio, eles que permitiram a instalação da clínica pela necessidade dos serviços e também não se solicitou os relatórios dos atendimentos efetuados, PARA AVALIAR os serviços prestados.

Infelizmente, a SINDICÂNCIA solicitada pelo Colega Deputado Márcio Almeida, Companheiro desta Casa, talvez até tenha sido mal conduzida e redundou em prejuízos no atendimento da comunidade, o que causou e causa revolta e indignação, inclusive a alguns profissionais.

Fica aqui o nosso apelo ao Secretário da Saúde, para que reveja sua posição, reformule as diretrizes do Hospital Victor do Amaral com a COFAM, ou uma outra entidade, ou qualquer outros termos que, trabalhe dentro desta filosofia, de um planejamento familiar consciente e dentro dos princípios democráticos e cristãos, da formação do nosso povo, mas que não prive a comunidade pobre, principalmente, desses serviços médicos, o que está se constituindo numa gritante injustiça e desrespeito às necessidades da população.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Consulto à Liderança do PDS, se fará uso da palavra. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB. Com a palavra, o nobre Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago a esta sessão plenária da Assembléia Legislativa, a minha preocupação com a situação do pluripartidarismo no Brasil.

Assistimos em todo o País, no momento em que atravessamos a mais grave crise econômica da história republicana, o esfacelamento do PDS, um espetáculo constrangedor e deprimente, porque o esfacelamento do Partido do Governo Federal é justamente a consequência do medo e do desespero daqueles que achavam que o "trono do arbítrio" era eterno.

É o evidente resultado dos processos espúrios de escolha dos dirigentes da Nação, que agora se volta de maneira violenta contra os seus próprios artífices e vassalos.

Uma expressão popular batida, mas ainda verdadeira, pode sintetizar este quadro: "O navio está afundando e não há madeirame suficiente para os ratos".

Para agravar esta situação dentro do PDS, o "câncer do malufismo", isto é, a lei da corrupção avassaladora. Isto está tão à flor da pele, que os próprios mandatários de Brasília, em arroubos desesperados, na tentativa de extirpar um "tumor" que ajudaram a criar, procuram afastá-lo a "golpes de facão" desta corrida macabra, em direção à Presidência da República, que tem como juiz maior, um Colégio Eleitoral de fantoches.

A contragosto, sou obrigado a relatar este espetáculo aqui no Paraná: pesquisas de dois jornais de circulação nacional, feitas recentemente, mostram que grande parte dos Srs. Deputados do PDS desta Casa do Povo, manifestaram preferência pelo Sr. Paulo Maluf, enquanto que os "caciques" do partido pregam aos quatro ventos que votarão em bloco, no candidato que emanar das alquimias do Palácio do Planalto. Dois lados chocantes da mesma realidade.

Eu pergunto, Srs. Deputados, quanto o Sr. Paulo Maluf está oferecendo por cada voto?

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Em seguida.

O Sr. Erondy Silvério — Para eu responder a pergunta que Vossa Excelência está fazendo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO — ... que benesses e que cargos ele está anunciando?

Quais são suas promessas milionárias. Perdoem-me os parlamentares pedessistas honestos, que acredito existirem. Pregamos a democracia e procuramos, apesar de todas as forças retrógradas, concretizá-la efetivamente. E a essência da democracia é o reconhecimento da existência do outro.

Não podemos permitir, entretanto, que atrás de falsos democratas, militem os arautos da corrupção e do entreguismo, cujo exemplo maior é o Sr. Paulo Salim Maluf.

Diante disto, e de um Presidente da República que paga pesados tributos neste momento, por dois graves erros...

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO — ... o de haver dado o sinal prematuro para a corrida sucessória, e o de ter acreditado que ela se faria por um "ditacte" seu.

Só resta ir ao cerne do problema, o da reforma institucional. Não quero discutir se a eleição indireta é legítima ou não, do meu ponto de vista. Basta lembrar que todas as sondagens de opinião, sem exceção, entre todas as classes e organizações da sociedade civil, mostram que 80 por cento dos brasileiros querem eleição direta para presidentes e os partidos também. Uns claramente, como o PMDB e o PT. Outros, quando seus representantes revelam suas alternativas, secretamente, nas sondagens de opinião, ou seja, não oficialmente.

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Mas só para argumentar e tentar convencer, não ao povo, já convencido disto, porém aos que decidem, faço minhas as palavras do Senador Fernando Cardoso. Presidente da República, extraído de um Colégio Eleitoral no qual os Estados pouco populosos têm o mesmo número de representantes que os altamente populosos, dará como resultado a escolha com respaldo da minoria da população. Com que força político-moral poderá ele amanhã dar rumos, para que saíamos da crise econômico-social? Ou estarão os militares dispostos novamente a assumir o ônus do retrocesso político e da regressão, diante da falência de lideranças escolhidas tortuosamente?

Tudo isto está ocorrendo por falta de legitimação popular. Porque os escolhidos só representam os interesses de "grupos" que, em todos os casos, nada têm a ver com os interesses do povo e da Nação. O único caminho é a eleição direta para a Presidência da República. A via política é que colocar um fim a todos estes desmandos e arbitrariedades que, como podemos ver, estão desabando nas próprias cabeças dos integrantes do PDS.

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Trago ao Paraná, portanto, o apelo do entendimento nacional. Apelo feito por Ulysses Guimarães, Presidente do nosso partido no Seminário Nacional da Fundação Pedrosa Horta, sobre "Crise, Desemprego, Eleições Diretas em São Paulo".

Srs. Deputados do PDS que não compactuam com a corrupção e que estão sendo esmagados por este processo espúrio de escolha do novo Presidente da República, juntem-se a nós e ao povo, para honrar os seus mandatos e o voto popular que mereceram. E lutem pelas eleições diretas à Presidência da República. Um serviço que a Nação, inegavelmente, vai reconhecer e compensar no futuro, pois o encontro com a completa democracia é inexorável.

Tenho certeza de que quem for verdadeiramente brasileiro e estiver ao lado do povo, não rejeitará este apelo.

Sobre os demais, aos que formam a bancada malufista e se congregam com o professor de corrupção e degradação brasileira, só tenho a dizer que já estão com um "pé na lata de lixo da história".

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Com toda satisfação, esperando que o aparte de Vossa Excelência não seja uma reiteração do comportamento malufista de setores do PDS. Mas a resposta ao apelo da Nação e da Pátria, pela eleição direta e redignificação do processo político brasileiro.

Concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério e depois ao Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Erondy Silvério — Vou atender ao apelo de Vossa Excelência, mas antes quero fazer outro apelo a Vossa Excelência. É para que, quando se referir a membros do nosso Partido, especialmente seus colegas nesta Casa, não use mais expressões que não se coadunam com o Regimento Interno da Casa, nem com o comportamento que devem ter os seus parlamentares. Que Vossa Excelência use esse linguajar com o seu companheiro de partido, a quem Vossa Excelência chama de "Barão", tudo bem, uma questão de economia doméstica.

E por falar em economia doméstica, nós do PDS não damos a Vossa Excelência o direito de se imiscuir nos negócios internos do nosso Partido...

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Nem o povo brasileiro.

O Sr. Erondy Silvério — ... nem Vossa Excelência não tem autoridade para isso. Vossa Excelência, que está na berlinda, acusado por um companheiro de partido, de ser o mentor das invasões de terras, em Curitiba. Vossa Excelência foi acusado inclusive de comunista, por um seu companheiro de partido, num dos canais de televisão do Paraná.

Então, Vossa Excelência não tem o direito e muito menos a autoridade para ditar normas de comportamento, aos integrantes da Bancada do PDS. E eu apelo novamente a Vossa Excelência, que toda vez que se referir aos Deputados do nosso Partido, atenha-se pelo menos a termos regimentais.

É o apelo que faço a Vossa Excelência.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Eu só lamento que o meu apelo não tenha sido respondido; que é o apelo do povo brasileiro, do redimensionamento no sentido político.

Concedo em seguida o aparte ao Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara — Deputado Requião, Vossa Excelência realmente é um político insinuante, inteligente, porém não contem seu vozerio, não consegue controlar sua emoção e torna-se deselegante, quase que constantemente, quando assume a tribuna desta Casa.

Vossa Excelência prega eleição direta. Nós também pregamos. Eu prezo. Só que sou mais autêntico. Eu danço de acordo com a música que está tocando. Se as eleições pelo menos até hoje, estão programadas para serem indiretas, eu me senti atingido como Vossa Excelência, e Vossa Excelência não vai

me atingir. Tenho a integridade de nove mandatos consecutivos. O seu é o primeiro. Vossa Excelência não vai me acusar, porque eu disse e ratifico que sou um Deputado simpático ao Deputado Paulo Maluf. Sou simpático, vou recebê-lo em agosto aqui no Paraná e vou promover um jantar para ele. Acho-o um homem competente. Vossa Excelência não tem, no seu partido, um homem da sua competência, e não vai assacar injúrias contra os Deputados do PDS que são malufistas, numa alusão direta à minha pessoa. Não vai. Com seu molequismo, seu pedantismo, não vai me acusar sem que haja uma resposta vigorosa de minha parte. Não serei atingido. Vossa Excelência não tem condições morais para me atingir.

Era esse o aparte.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Obrigado pelo aparte, Deputado. Eu realmente, quando fiz o apelo, não esperava uma resposta diferente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Com a palavra, em seguida, o Deputado Fonseca, no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Com a palavra, por 17 minutos, o nobre Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

1... “Vale trazer à apreciação desta Casa, trabalho parlamentar do companheiro Aldo José Parzianello, ilustre Vereador do PMDB do Município de Cascavel, publicado no jornal “O Paraná”, de 10/06 do corrente ano, que aborda a exceção tributária da qual padecem os municípios brasileiros, propondo reformulação sobre a legislação que trata do recolhimento e administração da taxa rodoviária e das multas por infrações de trânsito.

2... Não querendo fazer nossa a iniciativa do ilustre companheiro, achamos entretanto que ele se insere no programa de RECONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA, defendido pelo meu Partido, e por isso extrapola do direito autoral para a bandeira de luta sustentada por toda a corporação peemedebista mandatária dos interesses públicos da Nação, e por essa razão, tributando a devida consideração à fonte originária, protocolamos perante a egrégia Mesa, requerimento solicitando o envio de expediente na forma regimental, aos Excelentíssimos Srs. Senador da República Álvaro Dias, Deputados Federais líderes das bancadas paranaenses do PMDB e PDS, Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Dr. Horácio Raccanelo Filho, ilustres Presidentes das Associações dos Municípios do Paraná, Srs. Nivaldo Krüger e Delso José Trentin, apelando desta Casa, para que sejam envidados todos os esforços visando adequar a legislação federal que trata do recolhimento e administração da Taxa Rodoviária, à situação jurídico-econômica que sempre sustentou a nossa história republicana, a qual tem no município a célula mater da República. E oportuno é o momento para tratarmos da QUESTÃO TRIBUTÁRIA a partir da importância do município no contexto de governo.

3... Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho consciência de que viemos a esta Casa como obreiros principais do desenvolvimento do Brasil, dando a nossa contribuição no trabalho de restauração da ORDEM JURÍDICO-INSTITUCIONAL, como meta fundamental do verdadeiro desenvolvimento que tem na PESSOA HUMANA e no bem estar coletivo da Nação, a sua inspiração básica, e por isso não nos alegra abordar as distorções da ótica “revolucionária”, porque abordá-las é repetir o desrespeito do Governo Federal às nossas tradições republicanas; é condenar os vilipêndios dos nossos institutos jurídicos; é lembrar de como as oligarquias do poder substituíram as nossas instituições, espalhando a confusão de raciocínio social, político, tri-

butário, econômico e cultural, porque é assim que em nome de ideais que não praticam e de teses que não se ajustam às evoluções doutrinárias de nossa civilização, efetivam o desvio das riquezas públicas para o patrimônio privado dessas oligarquias. E também porque, tendo esse golpe revolucionário emplacado 19 anos de sofrimentos ao povo brasileiro, falindo a Nação e comprometendo a nossa altivez de povo livre até ao jugo vergonhoso de estarmos sendo hoje regidos pelo Fundo Monetário Internacional, melhor seria que pudéssemos apenas empreender a RECONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA a partir do perdão puro e simples tão sem-cerimônia rogado pelo General João Figueiredo, após a derrota eleitoral, no seu pedido de “trégua”.

Mas nós entendemos que o simples perdão invocado por uma “trégua” é tão humilhante e inútil, tanto para quem o pede quanto para quem o dá, porque coloca ambas as partes no mesmo nível de insinceridade; e trégua nada mais é do que uma proposta de nova traição à História, por isso, penso que devemos apreciar todos os ângulos dessa ótica distorcida, mesmo que em tom de cansativa repetição.

Mesmo porque, a saída de todo o processo revolucionário impõe o revolvimento de destroços, a seleção adequada dos respectivos monturos. E se esta colocação já foi resolvida em grande parte pelo povo, no sufrágio eleitoral, a nós seus mandatários cabem as responsabilidades técnicas das soluções finais.

4... Está claro para todo o povo brasileiro, que as OLIGARQUIAS DO PODER, mostrando que não têm discernimento moral suficiente para entenderem de escrúpulos humanos, depois de serem desmascarados pelos credores internacionais, que não mais suportam o engodo de uma falsa liberdade da iniciativa privada, nem os falsos balanços de um “progresso faraônico” que não tinha lastro no desenvolvimento real da Nação, tentam agora envolver nos seus diabólicos raciocínios, o povo brasileiro, através do processo terrorista deflagrado por todas as vias de atingimentos das massas populares, da “CRISE MUNDIAL”, pelo qual estão tentando obscurecer a visão política do povo brasileiro, pelo medo da miséria que praticamente já prostrou o ânimo nacional, desde o momento em que os governantes de oposição tiveram de denunciar que recebiam Prefeituras e Estados totalmente saqueados, cujas recuperações demandam sacrifícios que precisam ser entendidos pelo povo.

5... No entretanto, sabemos que as civilizações do passado que sucumbiram, não foram aniquiladas pelos desacertos econômicos dos seus ideais de desenvolvimento, mas sim pela corrupção de governo, pela degradação política e pela perversão da ORDEM JURÍDICO-INSTITUCIONAL. E então, temos de aproveitar a “trégua” proposta, não para enterrarmos as culpas de quem deve ser julgado pela História, temendo o processo intitulado de CRISE MUNDIAL, mas sim, para opormos a ele a nossa determinação de MUDAR O QUE TEM DE SER MUDADO e de RECONSTRUIR O QUE DEVE SER REEDIFICADO.

E nesta ordem de colocações de tarefas, oponho aqui a RESTAURAÇÃO DA AUTONOMIA MUNICIPAL, para arrecadar e gerir os tributos que têm no seu contexto sócio-econômico os seus respectivos fatos geradores.

6... Ora, se o suporte, de fato, gerador do tributo rodoviário é a circulação dos respectivos veículos por origem habitacional do proprietário, falece direito à União para apropriar-se dessa arrecadação, porque, como bem já sustentou o ilustre companheiro Aldo Parzianello, os maiores encargos viários ficam sempre com o município.

Até mesmo porque as melhorias rodoviárias construídas pelos municípios, são feitas em regime de mutirão financeiro entre o poder público municipal e habitantes do município, intitulado de CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS.

Dizemos mutirão financeiro, porque esse sistema de

oneração da economia particular, pelo município, não tem configuração legal capaz de lhe dar garantias jurídicas de execução compulsória.

Enquanto que as estradas construídas pela União são debidas à "dívida externa" que o mesmo governo federal não pensa em pagar, mas apenas "administrar". Daí, o que é feito da taxa rodoviária cobrada pela União que se apropria de 40 por cento dela, sem nenhuma razão que o justifique? Por que então não socorrer o município, deixando à sua livre arrecadação e administração esta taxa? Pois, se as melhorias viárias construídas pela União tivessem nessa arrecadação um de seus índices de retorno de investimento, ainda não se justificaria esse locupletamento tributário, porque o transporte é indústria de circulação de riquezas, e como tal, o seu volume de investimentos deve provir de lucro próprio. Assim a estrada deve ser paga pelo volume de riquezas a que ela se destina a atender. E tributo não é riqueza, mas sim ENCARGO SOCIAL de investimentos no desenvolvimento geral do País.

Logo, o tributo investido tem de produzir lucro ao governo, para a expansão de atendimento das necessidades públicas. Então, se a distribuição tributária começar do município para a União, é óbvio que dela emergirá uma justiça social de governo, através da harmonização geral de valores integrativos do desenvolvimento de um povo. Pois, administrando os seus recursos tributários, como célula-mater da República, o Município tem condições de excluir a contribuição privada das suas construções rodoviárias, porque é injusto que o cidadão, muitas vezes até desempregado, só porque mora no perímetro urbano do município, tenha de ajudar a pagar o asfaltamento ou melhorias da via pública. Enquanto isso, o Governo Federal se apropria, junto com outros locupletamentos tributários, contra os municípios, de 40 por cento de um tributo que, tanto por fato gerador quanto por questão de direito, pertence ao município.

7... Ora, se de fato está instaurado um processo de redemocratização do País, então o Governo Federal tem que admitir que não existe democracia com CENTRALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, porque o elemento de relevo da democracia é o sistema distributivo das rendas públicas, que valoriza a confiança na hierarquia institucional do poder, e fortifica a liberdade, não com o sentido demagógico da anarquia ou da indisciplina, mas sim como elemento necessário ao desenvolvimento integrado da Nação.

Daí a centralização tributária, no seu mais remediável sentido, ainda significa o paternalismo grosseiro que tem na ditadura a sua única sustentação. E não há ditadura democrática, por absoluta impossibilidade de conjugação político-jurídica de elementos.

E um país não é uma empresa onde os fatos aziendais emergem das suas causas administrativas, mas sim ele é composto de espontaneidade energética que flui de suas instituições em consonância com os interesses comuns do seu povo. Por isso, nele tudo tem de fluir em regime de voluntariedade institucional, que encontre nos organismos unitários do Estado o seu ponto de fusão com as aspirações nacionais, sempre harmonizando com as condições de vida popular.

8... Mas, se as dificuldades ainda temos para transpormos a barreira reira da discricionariiedade e do autoritarismo, estabelecendo desde já uma nova ordem de poder popular, tentemos absorvê-la por etapas, promovendo a ação das forças de governo das posições já conquistadas, no sentido da restauração da autonomia republicana a partir de setores específicos, mas que sejam partes integrantes da proposta final de mudanças que defendemos.

Pois assim se atende a JUSTIÇA DA HISTÓRIA, sem se perder o zelo pela tranquilidade nacional, num momento em que todos os ânimos tendem a se exaltar. Eis que se os resultados da REDENTORA nos acumulam hoje de razão e de res-

peito, somos vencedores naturais que emergimos das nossas próprias feridas no Julgamento da Nação. E então, estamos coroados com o veredicto das urnas, e assim, moralmente habilitados para tratarmos com serenidade e com o despreendimento que a nossa maturidade política nos recomenda, dos interesses da República, dos quais um assunto de muito relevo é a reforma tributária e o municipalismo, a partir da autonomia municipal para arrecadar e gerir todas as arrecadações que lhe pertencem, entre as quais, está a Taxa Rodoviária, elemento de fundo deste modesto pronunciamento".

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu França — Nobre Deputado, nós o cumprimentamos pelo seu pronunciamento.

Ainda hoje de manhã, quando ouvíamos na CPI que investiga a falência dos municípios do Paraná, mais uma vez nos certificamos da verdade de suas palavras.

Os municípios apresentam, invariavelmente, uma receita, uma despesa bem maior do que a receita. Inviabilizou-se o processo administrativo.

Queremos cumprimentá-lo, Deputado, pela análise feliz do descaso do Governo Federal com relação à nossa Pátria.

Fala-se, por exemplo, agora e articulou-se um corte no orçamento do setor público, no que se refere às empresas estatais, só que o governo deveria há muito tempo ter feito um corte, sim, mas nos orçamentos das multinacionais, às quais presta serviços o Governo Federal.

Por esta razão, quando vemos uma falência clara, sem qualquer sombra de dúvida, aniquilar o consumidor, as consequências já recaem sobre os trustes, porque, não tendo mercado, vão despejando cada vez mais trabalhadores ao desemprego.

Trabalhadores estes, que vão avolumando o contingente de pessoas que chegam hoje até mesmo a ameaçar e a ser um perigo para aqueles que criaram uma situação de miséria e marginalidade na qual nós vivemos.

Mas, queria enfatizar também, neste aparte, um detalhe. Há Deputados do PDS que estão aqui há tantos anos, decênios talvez, que têm a petulância de articular freqüentes conselhos para os chamados "novos" do PMDB, dizendo que não devemos usar termos anti-regimentais, e fica o registro aqui nesta Casa, que quem mais tem se caracterizado pela falta de educação, como foram comprovados nos apartes ac. Sr. Roberto Requião agora há pouco, são exatamente esses conselheiros cujas iniciativas, sugestões e conselhos, devem guardar para si e para seus pares, em função dos quais somos gratos e dispensamos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Muito obrigado pelo aparte, que vem, sempre que Vossa Excelência aparta, contribuir para o nosso modesto pronunciamento e sabedores que somos que Vossa Excelência é um dos grandes batalhadores pela causa municipalista, ao mesmo tempo esperamos que esta Casa faça aprovar o requerimento que formulamos a esta Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei 84/83, de autoria do Poder Executivo, e que trata do aumento de 35 por cento nos vencimentos do funcionalismo público estadual, devendo o mesmo ser discutido e votado após as duas proposições da Comissão Especial de Reforma à Constituição Estadual. — Aprovado.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente,

entramos na Ordem do Dia e Vossa Excelência não advertiu a Casa para comparecer ao plenário. Assim solicito que Vossa Excelência soasse as campainhas no sentido de alertar os Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, para que compareçam ao plenário, a fim de que se tenha quorum suficiente para as votações.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(Tímpanos).

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — da Proposição n.º 110/82, de autoria da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, oriundo da proposta de Emenda Constitucional do Poder Executivo (Mensagem 133/82), e que tem o propósito de adaptar a Carta Estadual aos mandamentos constantes da Emenda n.º 22, de 29 de junho de 1982, à Carta Magna da Nação. Com Parecer e Emenda Substitutiva daquela Comissão Especial por unanimidade. (OS AVULSOS DESTA PROPOSIÇÃO FORAM DISTRIBUÍDOS AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS). — **Aprovado.**

PROPOSIÇÃO N.º 110/82
COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Parecer às Proposições n.ºs 110/82, 41/83,
32/83, 61/83 e 74/82.

RELATÓRIO:

Para análise desta Comissão, chegam as Proposições n.ºs 110/82, 41/83, 61/83, 32/83 e 74/82, que tratam de Propostas de Emenda à Constituição Estadual, conforme especificam.

Dentre as Proposições, se destaca a de número 110/82, oriunda de Mensagem Governamental, vem à consideração desta Casa após estudos elaborados por uma Comissão de alto nível, constituída pelo Poder Executivo e com a finalidade de adaptar vários artigos da nossa Carta Magna a princípios da Constituição Federal, reformada através da Emenda número 22, de 29 de junho de 1982.

As demais proposições, de autoria de Parlamentares desta Assembléia, propõem certas adaptações à Constituição Estadual, visando estabelecer também adequação com as normas constitucionais federais atualmente em vigor.

Sobre a Proposição número 61/83, houve a apresentação dentro do prazo regimental de Emenda, recebida pela Mesa em 09 de junho de 1983.

II. PARECER:

Com o intuito de estabelecer uma economia processual na consideração de per si, sobre cada uma das Proposições, temos que todas as Propostas aqui analisadas se afiguram em condições de serem aprovadas, já que a princípio versam sobre adaptações e inserções de regras já consagradas pela Lei Magna Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, na forma de Emenda Substitutiva que apresentamos à Proposição 110/82, após a anexação das demais Proposições aqui citadas à mesma. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO
EMENDA SUBSTITUTIVA
À PROPOSIÇÃO N.º 110/82

Art. 1.º — São alterados e acrescentados à Constituição Estadual os seguintes dispositivos:

“Art. 11 — Não perde o mandato o Deputado investido na função de Ministro do Estado, Governador do Distrito Federal, Governador do Território, Secretário de Estado e Prefeito da Capital, ou quando licenciado por período igual

ou superior a cento e vinte (120) dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º — O Deputado afastado da Assembléia Legislativa para desempenhar função mencionada neste artigo e no § 2.º do artigo 108, poderá optar pela percepção integral de sua remuneração ou pela retribuição do cargo em comissão.

.....

Art. 12 — Os Deputados são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de crime contra a honra.

§ 1.º — Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os Deputados não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável.

§ 2.º — No caso de flagrante inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de quarenta e oito (48) horas, à Assembléia Legislativa, para que resolva sobre a prisão.

§ 3.º — Nos crimes comuns, imputáveis a Deputados, a Assembléia Legislativa, por maioria absoluta, poderá a qualquer momento, por iniciativa da Mesa, sustar o processo.

§ 4.º — Nos crimes comuns, os Deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 5.º — As prerrogativas processuais dos Deputados arrolados como testemunhas não subsistirão, se deixarem de atender, sem justa causa, no prazo de trinta (30) dias, ao convite judicial.

§ 6.º — A incorporação, às Forças Armadas, de Deputados, ainda que militares, mesmo em tempo de guerra, dependerá de licença da Assembléia Legislativa.

.....

Art. 14 — A Assembléia Legislativa compõe-se de Deputados eleitos pelo povo mediante sufrágio universal e voto direto e secreto, pelo sistema distrital misto, majoritário e proporcional, na forma que a lei estabelecer.

.....

Art. 15 —

§ 1.º —

b) pelo Governador, quando este a entender necessária;
c) por dois terços da Assembléia Legislativa.

.....

Art. 16 —

Parágrafo único. Observar-se-ão as seguintes normas regimentais:

I —

II —

III — não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, religião ou classe, configurarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza;

IV — a Mesa encaminhará, por intermédio do Governador pedidos de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa;

V — não será criada comissão parlamentar de inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Assembléia Legislativa;

VI — não será de qualquer modo subvencionada viagem de Deputado ao Exterior, salvo no desempenho de missão temporária da Assembléia Legislativa;

VII — será de dois anos o mandato para membro da Mesa, vedada a reeleição.

.....

Art. 22 —

.....

XIII — credenciar seis delegados ao Colégio Eleitoral para a eleição de Presidente da República, indicados pela bancada do respectivo partido majoritário, dentre os seus membros.

Art. 24 —

§ 2.º — A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.

Art. 25 —

§ 5.º — Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido neste artigo, cada projeto será incluído automaticamente na Ordem do Dia, em Regime de Urgência, nas dez sessões subsequentes em dias sucessivos; se, ao final dessas não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado.

Art. 106 —

§ 1.º — Ressalvadas as disposições em contrário, o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, serão eleitos por sufrágio universal e voto direto e secreto, com mandato de quatro anos.

Art. 107 — O número de Vereadores, sempre ímpar, será fixado por lei, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a 9 nem superior a vinte e um; os Municípios com mais de um milhão de habitantes, terão trinta e três Vereadores.

Art. 108 — Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

I — da Assembléia Legislativa, os Prefeitos da Capital e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais, mediante lei;

II — do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse para a segurança nacional por lei federal.

§ 1.º — a criação de estância hidromineral não prejudicará o mandato do Prefeito anteriormente eleito.

§ 2.º — Não perde o mandato o Deputado que, em virtude do disposto neste artigo, foi nomeado para o cargo de Prefeito.

Art. 158 — os mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982, terminarão em 31 de dezembro de 1988.

Art. 2.º — Ficam suprimidos o inciso XVI do artigo 22 e o parágrafo único do artigo 62, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 68/83, de autoria da Comissão Especial de Reforma à Constituição Estadual, oriundo da proposta da Emenda Constitucional do Poder Executivo, (Mensagem 65/83), e que altera a redação do número 3 do parágrafo único do Art. 26 e artigos 57 e 58 da Carta Estadual. (Estatuto do Ministério Público). Com Parecer aprovado naquela Comissão Especial, por unanimidade. (Esta Proposição foi publicada em avulso, já distribuído aos Excelentíssimos Srs. Deputados).

PROPOSIÇÃO N.º 68/83

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

PARECER:

Trata-se de emenda aos artigos 26, parágrafo único, número 3, 57 e 58 da Constituição do Estado, por proposta do Sr. Governador do Estado, visando adaptar o texto consti-

tucional estadual às normas ditadas pela Lei número 40/81, Complementar à Constituição Federal, a qual estabelece normas gerais a serem adotadas na organização o Ministério Público Estadual.

Instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, o Ministério Público recebe conceituação, regras específicas da sua carreira e normas peculiares à sua estruturação administrativa.

A adaptação pretendida, por tratar o Ministério Público, com maior abrangência, prevê o estabelecimento de garantias e princípios fundamentais ao pleno exercício de suas funções.

Não se vislumbra qualquer resquício de inconstitucionalidade na proposta, cujos princípios se coadunam com as regras da Carta Magna e da Lei Complementar referida.

O projeto consagra, a nível constitucional, tratamento que de há muito vem sendo dado ao Ministério Público, seja por leis várias, seja pela jurisprudência, não acarretando alteração substancial, nem mesmo de ordem financeira.

Em suma, as disposições propostas reforçam a autonomia e a independência dos integrantes do Ministério Público, o que, como bem enfatiza a exposição de motivos, é imprescindível a uma sociedade verdadeiramente democrática.

O parecer pois, é favorável.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente

SÉRGIO SPADA — Relator

— Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra, por 30 minutos, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Lei Complementar, Lei Orgânica do Ministério Público, de 14 de dezembro de 1981, em seu artigo 59, estabeleceu que os Estados deveriam adaptar-se, no prazo de 180 dias, às determinações desta Lei Complementar Federal, a Lei Orgânica do Ministério Público.

Na verdade, de 81 até hoje, transcorreram bem mais de 180 dias, e o Paraná é um dos últimos Estados a atualizar as suas disposições legislativas com relação ao Ministério Público.

O Executivo enviou à Casa uma mensagem propondo a devida adequação às disposições da Lei Orgânica Federal do Ministério Público, a fim de que o nosso órgão estadual do Ministério Público estivesse em consonância com o Poder maior, o Poder Federal.

Mas, antes de esta Assembléia votar a Lei Orgânica do Ministério Público, necessário se faz que as alterações constitucionais se procedam, e a Mensagem do Poder Executivo é exatamente para, primeiro, adequar a Constituição Estadual, a fim de que se possibilite votar aqui uma Lei Orgânica do Ministério Público, atualizada, e que dê a estes agentes políticos do Poder Público, realmente, condições de termos um órgão do Ministério Público eficiente e aparelhado.

Cabe vermos do Poder que tenha esta Assembléia, para alterar a Constituição do Estado, neste sentido.

É fora de qualquer dúvida, que o Poder constituinte dos Estados membros é absoluto; está livre para estabelecer a organização que bem lhe parecer, de conceder os direitos e estabelecer as obrigações que, a seu único juízo, convenha ao interesse público.

Cabe-lhe, especialmente, no desdobramento dos princípios, na ordenação das instituições, levar em conta as peculiaridades da região.

Em consequência, cumpre-lhe dar a adaptação necessária à adversidade de condições inerentes ao espírito do federalismo.

Mas, em razão de ser do federalismo brasileiro, fruto de um processo de segregação que transformou o Estado unitário, descentralizado, que era o império, exatamente para permitir que a Nação respirasse, libertada da centralização de todas as

decisões, da uniformidade das instituições e políticas.

É o insigne tratadista Ely Lopes Meirelles, que reconhece o direito de o Estado dispor, livremente, sobre este assunto. Diz ele: "As entidades estatais são livres para organizar o seu pessoal para o melhor atendimento dos serviços a seu cargo". Mas, há três regras fundamentais que não podem postergar a que exige que a organização se faça por lei; a que prevê a competência exclusiva da entidade ou poder interessado; a que impõe a observância das normas constitucionais federais, pertinentes; ou seja, de que dentro da ampla liberdade que o Estado tem, como único limite o Poder constituinte do Estado federalizado, ele tem o Poder maior da Constituição Federal sobre ele.

E o Ministério Público do Estado é uma instituição que integra a capacidade organizatória dos Estados-membros. Esta capacidade é reforçada no sistema constitucional vigente, pois, além de fundar-se no princípio federativo consubstanciado no artigo 13, da Constituição Federal, ainda resulta expressamente no seu artigo 96, "caput", segundo o qual o Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por Lei Estadual. Disso decorre que, o Estado pode dispor sobre todos os assuntos pertinentes aos agentes públicos que integram dita instituição, respeitados apenas, os limites constitucionais e as normas gerais estabelecidas na Lei Complementar referida no Parágrafo Único do citado artigo 96, que é a Lei Complementar n.º 40, de 14 de dezembro de 1981.

Normas gerais essas que hão de ser adotadas na organização da instituição, por força do mencionado dispositivo constitucional. É importante observar que a Lei Complementar 4081, estabeleceu normas gerais também sobre garantias, prerrogativas, direitos, deveres e responsabilidades dos membros do Ministério Público, em cumprimento do referido mandamento constitucional. Em consequência, se dúvidas pudessem ainda haver quanto à categoria de agentes públicos em que se enquadram os membros do Ministério Público, ficariam agora definitivamente dissipados, pois, sua caracterização como agentes políticos resulta, inequivocamente, da posição de autonomia da instituição, e de independência de seus membros; como agentes políticos, os membros do Ministério Público precisam de ampla liberdade funcional e maior resguardo para o desempenho de suas funções, não sendo privilégios pessoais as prerrogativas que a Lei Complementar lhes reconhece, mas, garantias necessárias ao pleno exercício de suas altas funções.

Nesse sentido, já era lição de Ely Lopes Meirelles, que, mesmo antes desta lei, já os incluía entre os agentes políticos, principalmente espécie dos agentes públicos, por isso estão sujeitos a um regime jurídico especial, a Lei Complementar 81; essa natureza especial é que serve de fundamento à outorga, a eles, de garantia como a irredutibilidade de vencimentos, sem a qual, a menção à sua independência funcional significará muito pouco, como bem possibilitou reconhecer-lhe aposentadoria privilegiada nos termos do Art. 103, da Constituição Federal.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao encaminharmos e defendermos aqui a Mensagem do Executivo que visa atribuir alterações na Constituição do Estado a fim de que possa o Ministério Público, ter assegurado garantias como a irredutibilidade dos seus vencimentos, a inamovibilidade, a ampla defesa no caso da remoção compulsória, a promoção compulsória, desde que ingresse pela quinta vez na lista de promoção, o percentual igual, no caso de aumento de vencimentos da Magistratura, aposentadoria voluntária, aos 30 anos e outras vantagens, era necessário que a Constituição do Estado fosse alterada. Visa pois, essa alteração constitucional, adequar a nossa Constituição à Constituição maior, e tem realmente o Poder Constituinte Estadual assegurado o Poder constituinte, de formular livremente essas disposições, dando vantagens que o Estado, no seu entendimento, é compatível com o estágio do

seu desenvolvimento, com a sua formação cultural e com as necessidades que tem o seu Ministério Público.

Por isso não será nunca inconstitucional aposentadoria aos trinta anos. Senão vejamos:

"O Membro do Ministério Público será aposentado - item III: voluntariamente nos termos da Constituição e leis estaduais".

Cabe, pois à Constituição e a Lei Estadual traçar as condições de como pode ser feita a aposentação para que ela voluntariamente seja feita aos trinta anos e compulsoriamente aos 70 anos.

Ora, quem pode o mais, pode o menos. Assim em resposta, diz o insigne tratadista paulista, consultado especialmente sobre este assunto, Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

"Quem pode o mais, pode o menos. O legislador estadual pode estabelecer o tempo de trinta anos de serviço para aposentadoria voluntária dos membros do Ministério Público. Não se argumente contra isso como uma pretensa inconstitucionalidade do Artigo 43, item III da Lei Complementar Federal número 40.

Essa pretensa inconstitucionalidade adviria de uma delegação vedada pela Constituição que nela se insinuaria. Com efeito, não há no artigo 43 da Lei 40, qualquer delegação; nem ao Presidente da República abriu mão da iniciativa que lhe confere o Artigo 103 da Constituição, nem o Congresso Nacional ao aprovar a referida Lei Complementar abriu mão do poder de dispor sobre as reduções de prazo de aposentadoria voluntária em favor de seus equivalentes estaduais.

Pelo contrário, o Presidente da República e o Congresso Nacional exerceram os seus respectivos poderes.

Apenas tiveram em conta a diversidade de condições existentes entre as regiões do Brasil. As disparidades de vencimentos e recursos entre os Estados membros da Federação Brasileira.

Louvavelmente tiveram presente que o Brasil é uma Federação, e em razão disto, permitiram que o constituinte ou o legislador estadual amoldasse o prazo de serviço exigido, de acordo com as peculiaridades do Estado e do Ministério Público Estadual.

Nessa autorização não há delegação. Há uma disposição que cobre a manifestação do poder estadual, a qual cabe tão somente completá-la, INTEGRANDO-LHE O CONTEÚDO.

Aí está um preceito que se coaduna perfeitamente com o Federalismo, uma norma que, entre tantas outras de caráter centralizador, entre tantas outras que renegam e esvaziam o federalismo brasileiro, tem em conta essa norma, essa forma federativa e não ignora, antes prestigia a autonomia estadual".

Por isso, nos sentimos perfeitamente à vontade para aprovar esta Emenda Constitucional, mesmo porque, diga-se de passagem, ela já constava do Estatuto do Ministério Público do Paraná e em todas as decisões judiciais que foram levadas a efeito no nosso Tribunal.

Foi reconhecido esse direito que não constava na Constituição Estadual, mas que agora, quando se prepara terreno para a nova Lei Orgânica do Ministério Público, é necessário que o legislador estadual efetivamente reconheça que o Estado do Paraná, que agora passa a implantar o 13o. salário na folha de pagamento de seus funcionários, deve reconhecer que tem perfeitamente condições econômicas para suportar o ônus da aposentação voluntária aos membros do Ministério Público no Estado do Paraná.

Quanto à irredutibilidade dos vencimentos e que praticamente se equipara na totalidade às garantias e prerrogativas da Magistratura, também é perfeitamente constitucional a Emenda, e nos serviços do Parecer do ilustre Manoel Gonçalves Ferreira Filho, quando esclarece:

"A irredutibilidade de vencimentos é garantia constitucionalmente atribuída a todo membro do Poder Judiciário. Da

Constituição Federal somente resulta a irredutibilidade de vencimentos do juiz, artigo 103, item terceiro.

Isso não quer dizer, que essa irredutibilidade não possa ser concedida no plano estadual aos membros do Ministério Público. Esse "plus" não é vedado, nem expressa, nem implicitamente por qualquer das normas constitucionais federais. Ora, o que não é proibido, está permitido. Nesse sentido a súmula do Tribunal Federal - a de número 321 - "a Constituição Estadual pode estabelecer a irredutibilidade de vencimentos do Ministério Público," Tal súmula, foi estabelecida e certo, sob a vigência da Constituição de 46. Entretanto, coaduna-se perfeitamente com a vigente que em nenhum de seus preceitos a tal se opõe.

A garantia de irredutibilidade de vencimentos, com as exceções enunciadas no artigo 114, parágrafo terceiro da Constituição Brasileira é obrigatória no Estatuto dos Magistrados, mas não é privativa deles. Pode ser estendida ao Ministério Público, e isto não aberrar, antes, bem se coaduna com a natureza das funções do Ministério Público, sempre o fiscal da lei.

Por isso, entendemos também constitucional esta emenda, esta alteração da nossa Constituição que prevê a irredutibilidade dos vencimentos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos traz efetivamente à tribuna, nesta data importante para os membros do Ministério Público, muitos dos quais talvez os seus mais ilustres representantes, tornam esta tarde histórica para a Assembléia Legislativa com suas presenças aqui. A estes homens, cuja tarefa de fiscais da lei, de verdadeiros guardiões do nosso estado de direito, esta Casa, através da Bancada do PMDB, se sente satisfeita e gratificada com a presença dos Srs. aqui. E, ao votarmos estas emendas, temos a convicção e a certeza de que não estamos fazendo favor nenhum. Mas, estamos contribuindo para que um estado de direito comece a ser implantado, dando garantias, prerrogativas e segurança àqueles a quem cabe fiscalizar o efetivo cumprimento da lei.

Acredito mesmo, que não haverá nunca estado de direito, quando ao fiscal da lei, não se reconheça estas garantias mínimas e indispensáveis para que, como cidadão comum, mas como agente político do Poder Público, saiba, este cidadão, que na função de promotor de justiça, de promotor público, de fiscal da lei, Poder nenhum — político, econômico ou ingerência alguma dentro do estado organizado, poderá coagá-lo, no sentido de que ele deixe de cumprir, diligentemente, a sua função de fiscal da lei.

E nós temos a satisfação então de dizer, de que é assegurado ao Ministério Público do Estado do Paraná, algumas vantagens, tardiamente, é verdade. Mas, de ora em diante, serão asseguradas, algumas garantias e vantagens, mesmo, em que o Estado do Paraná até passa a abrir caminho e oxalá seja seguido por outros Estados da Federação.

Refiro-me a uma delas, por exemplo, a que estabelece a proibição do Procurador Geral da Justiça concorrer ao 5.º Constitucional da formação do Tribunal de Justiça. A história Judiciária do Estado do Paraná dos últimos anos, tem sido uma constante, de que havia uma certa discriminação sem qualquer outra consideração. Mas a prática estabeleceu isso! De que o Procurador Geral da Justiça, concorria até no processo, digamos assim, unilateral com os demais integrantes do Ministério Público. Porque tinha vantagens que aos outros membros do "parque" estadual não podiam ser concedidos. E, via de regra, e se existe exceção a desconheço, foram os Procuradores de Justiça guindados à condição de desembargadores.

O Sr. Governador do Estado propõe, e acredito que esta Assembléia acate uma norma que me parece de alto cunho moralizador e de elevada independência do órgão do Ministério Público, para sempre ter condições de propor as medidas que entender até aos julgamentos de última instância do Tribunal de Justiça, porque nesta posição que será assumida de hora em

diante até seis meses depois de ter deixado o cargo, a pessoa física do Procurador Geral da Justiça não poderá concorrer a esta vaga. Por isto eu acredito que a medida é altamente moralizadora.

Outra conquista é de que o Poder Estadual se auto-limita num gesto até que vem em consonância o compromisso assumido em campanha da democratização do Poder. Ao restringir, conforme o parágrafo 1.º do Artigo 58 da Constituição a ser implantada em que o Procurador Geral da Justiça, Chefe do Ministério Público, com prerrogativas de representação de Secretário de Estado será nomeado, em comissão, pelo Governador do Estado, dentre os procuradores de justiça.

Esta também me parece é uma outra conquista do coroa-mento daquele que abraçou a carreira do Ministério Público, porque, exclusivamente, de procuradores de Estado, fica a partir deste instante, limitado o Poder Executivo a pisar um dentre deles para ser o Procurador Geral do Estado que passa a adquirir o "status" de verdadeiro Secretário de Estado.

Por isso, Senhores Deputados, Senhor Presidente, nós podemos concluir afirmando:

É esse um momento marcado na história do Poder Legislativo do Paraná: dá-se ao Ministério Público, instituição que tanto serve ao povo do Paraná, tratamento constitucional à altura das suas tradições e necessidades. Sensíveis como devemos ser sempre ao sentimento popular e atentos como estamos aos seus mais altos interesses, coube-nos a tarefa de amoldar o Ministério Público na dimensão de sua grandeza e importância para a sociedade, traçando-lhe regras fundamentais que o estruturam como dos mais aprimorados do País.

A razão de ser última do Ministério Público como instituição constitucional pode ser resumida em dois pontos, que na verdade se entrelaçam: a defesa do interesse público e a preservação das garantias fundamentais dos cidadãos. No primeiro aspecto o Ministério Público defende as mais altas aspirações de uma sociedade erigida sobre valores elevados, defendendo minorias desvalidas e necessitadas, sempre voltado para a dimensão maior dos verdadeiros padrões sociais. No segundo, ao contrário de quem o possa ver apressadamente como apenas o órgão de acusação, é ele muito mais: de um lado, é verdade que exerce a ação penal na salvaguarda dos bens jurídicos ofendidos pelo crime, segundo a valoração do legislador; mas de outro, cabe ao Ministério Público informado pelos princípios de oficialidade e objetividade buscar a verdade material, e assim descobri-la também em favor do inocente; de outro ângulo ainda, vê-se o Ministério Público como garantia dos cidadãos: a existência de uma organização bem aparelhada, instruída e motivada para exercer a ação penal permite separar claramente a função acusatória da atividade julgadora, e assim extrair do juiz vínculos com a orientação e a iniciativa da imputação.

Não é por outra razão que nas legislações mais avançadas o Ministério Público é visto como uma magistratura "sui generis", regulada como organismo essencial do Estado.

E é nessa postura superior e moderna que o Poder Legislativo do Paraná tem agora a oportunidade histórica de situar o Ministério Público de nosso Estado, para dele esperar, em nome da sociedade, cada vez melhores e mais relevantes serviços.

Para que esses nobres objetivos se concretizem, a proposta de Emenda Constitucional enviada através de Mensagem Governamental, confere aos integrantes da instituição garantias fundamentais, destacando-se, dentre elas, a irredutibilidade de vencimentos, promoção obrigatória de quem figurar pela quinta vez consecutiva em lista de merecimento e inamovibilidade fortalecida por requisitos até então inexistentes.

Essas garantias são, efetivamente, imprescindíveis ao Ministério Público, na luta contra injustiças e ilegalidades, não raro praticadas por ocupantes de altos cargos da Administração Pública. Ademais, incumbindo o Ministério Público o restabe-

lecimento da ordem jurídica, independentemente do prestígio de quem a tenha transgredido, é de todo indispensável cercar seus integrantes de um mínimo de garantias que os tornem aptos a exercer suas funções, sem temor a represálias, em busca da restauração do ordenamento jurídico violado.

Desencadeado a perseguição penal contra humildes ou poderosos, defendendo os direitos de órfãos, interditos ou trabalhadores, o Ministério Público resguarda, sempre, os interesses maiores da sociedade. E sem garantias, sem autonomia funcional, seus integrantes ficam sujeitos a perseguições e pressões de toda ordem, ora providas do poder econômico, ora do poder político, situação essa inconcebível em uma sociedade verdadeiramente democrática e num Estado de Direito como a sociedade brasileira começa a caminhar. Por isto, na condição de Líder do Governo José Richa, temos a satisfação de dizer que o Executivo conferindo novas garantias e robustecendo outras já existentes, demonstra conhecer o significado e importância da instituição do Ministério Público na árdua luta em defesa dos direitos e interesses indisponíveis do corpo social.

Esse era o teor de seus pronunciamentos quando nos palanques da campanha eleitoral; esse continua sendo o teor do conteúdo da justificativa que acompanha a presente proposta de emenda e que se transformará, estou seguro, em mandamento constitucional, revelando firmeza de conduta e honestidade de propósitos do chefe do Poder Executivo. Sua Excelência continua a resgatar, portanto, os compromissos que, em sua campanha cívico-eleitoral, assumiu perante o povo do Paraná.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná haverá, como fez há poucos instantes, em estabelecer emendas...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o horário de Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo um minuto para encerrar.

O SR. NILSO SGUAREZI — Como fizemos agora há pouco ainda, numa emenda ampla em que se reconhece direitos dos próprios Srs. Deputados, até quando nomeados para outras funções, poderem se licenciar sem perder o mandato, é importante que aprovemos esta emenda que visa oferecer e assegurar garantias ao nosso Ministério Público.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao apreciarmos a Emenda Constitucional que ora discute este Plenário, nós queremos trazer de pronto o apoio do Partido Democrático Social, às reivindicações consubstanciadas nesta emenda, que significa não só uma da Carta Estadual, à Carta Federal, mas que especialmente significa, no entender do PDS, o atendimento à reivindicação justa, que é o de tornar o Ministério Público do Paraná, cada vez mais adequado à nossa realidade político-social.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu peço escusas, em interromper logo de início o pronunciamento de Vossa Excelência, quando discute a Mensagem Governamental que esta Casa aprecia na tarde de hoje.

Mas é importante, porque exatamente neste ponto, Vossa Excelência me concedesse, eu merecesse a honra de um aparte. Vossa Excelência pode parecer a muitos, redundância, quando Vossa Excelência diz que vem trazer ao Ministério Público o apoio da Bancada do PDS. Redundância, porque hoje nós somos minoria neste Poder. Mensagem do Sr. Governador do Estado; a Bancada da Situação, a Maioria

esmagadora, tem condições, efetivamente, de fazer aprovar a Mensagem do Sr. Governador.

Mas aí a grande contribuição da Bancada do PDS. E como bem sabe Vossa Excelência, trata-se de emenda à Constituição do Estado, que exige "quorum" qualificado. "Quorum" esse que os integrantes da Bancada do PMDB jamais conseguiriam alcançar; são quarenta Deputados. Então aí a grande contribuição da Bancada do PDS, que no passado, no Governo anterior, já esteve em muitos episódios ao lado do Ministério Público. Porque reconhecemos nessa nobre classe, uma classe injustiçada até aqui; injustiçada pelos poderes públicos. Esta foi a razão de nós estarmos sempre atentos a todos os movimentos reivindicatórios da classe.

E hoje, eu quero confirmar a Vossa Excelência que o apoio de nossa bancada se consubstancia principalmente na condição de sermos os fiéis da balança, para se obter o "quorum" constitucional, para aprovação da Mensagem do Sr. Governador.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Obrigado...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Efetivamente nós temos que concordar com o Deputado Erondy Silvério de que seria, ou de que é fundamental a participação dos integrantes da Bancada do PDS para aprovação desta emenda, pois sem a presença deles nós não teríamos o "quorum" necessário. Mas me parece, não foi a posição que assumimos aqui, em querer apenas para nós, os méritos, para a nossa bancada, desta posição...

O SR. AIRTON CORDEIRO — E nem foi o que o Deputado Erondy afirmou.

O Sr. Nilso Sguarezi — ... É evidente, de que o momento é oportuno para politicamente no Estado, emendar a Constituição. E também não queremos dizer e nem foi nosso propósito, de que, cientes, não foi alterada a Constituição, e estas vantagens não foram asseguradas ao Ministério Público, se deveu exclusivamente à Bancada do PDS. É evidente que razões de Estado, sempre houve, para que isso não fosse permitido e que isso não tivesse ocorrido. O próprio quadro nacional, é necessário, e imperioso se reconhecer, não dava margem — como em muitos aspectos ainda cerceiam os Estados, para que um efetivo Estado de Direito, tenhamos conseguido.

Então fica aqui, a concordância e o reconhecimento, de que efetivamente, sem a presença da Bancada do PDS não seria possível aprovar esta emenda constitucional.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Julgo importante, depois de ouvir os apartes do Deputado Erondy Silvério e do Deputado Nilso Sguarezi, afirmar também que ao PDS, como Minoria na Casa hoje, além de competir a vigilância permanente dos atos do Poder Executivo, compete fundamentalmente cumprir o papel social que lhe é destinado pela via política e este papel social, ele se materializa em cada ato de votação ou em cada ato de participação do nosso partido na dinâmica da vida paranaense.

E nós sabemos porque temos uma convivência muito grande com inúmeros promotores dos mais qualificados neste Estado, sabemos perfeitamente que as reivindicações do Ministério Público sempre foram muito justas e quando elas foram formalizadas via Assembleia Legislativa, via Poder Executivo, via mobilização da própria comunidade, elas o foram com o sentido puro e simplesmente de conquistar para a classe aquelas vantagens que são na verdade intrínsecas, da sua própria necessidade de independência e de afirmação, porque nós reconhecemos do Ministério Público uma instituição fundamental, para o pleno exercício de um regime democrático.

Eu tenho conhecimento das gestões que a Associação dos Promotores do Paraná fez, sei perfeitamente do empenho do Dr. Ronaldo Botelho, dos seus companheiros de direto-

ria, dos promotores deste Paraná inteiro e quando o PDS se associa a esta iniciativa governamental e oferece o "quorum" qualificado de dois terços, ele o faz com a certeza e com a tranquilidade que está atendendo também aos interesses sociais do povo do Paraná, e tomara seja esta atitude entendida e compreendida por todos os paranaenses, como mais uma contribuição de um partido, que não é pelo fato de ser minoritário, que não empreste a sua colaboração ao desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Paraná, não, nós temos o nosso papel a cumprir e a nossa missão a de ser cumprida sempre com altivez, sobretudo quando os interesses maiores estiverem sendo acionados como nesta matéria.

Concedo o aparte ao Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Nobre Deputado Ailton Cordeiro, Vossa Excelência está transmitindo com muita felicidade o pensamento da nossa bancada a respeito deste oportuno projeto de emenda à Constituição, que tem por objetivo dar uma maior valorização do trabalho dos ilustres representantes do Ministério Público do nosso Estado.

Realmente, nobre Deputado, muito importante é o reconhecimento público ao trabalho do Promotor de Justiça, porque é ele enfim que está dando com a sua participação a própria estabilidade da sociedade paranaense, porque ao fiscalizar o cumprimento da lei, ao observar o andamento dos processos está efetivamente dando a plena condição para que a justiça seja administrada de forma correta e ao mesmo tempo, dando condições para que os órgãos competentes possam efetivamente com o papel que tem sido reservado a eles.

Quero finalizar este aparte, agradecendo, dizer da nossa inteira solidariedade aos ilustres representantes do Ministério Público que será manifesta através do nosso voto favorável a aprovação dessa emenda.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte do Deputado Ezequias Losso e concedo o aparte em seguida ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) — Vossa Excelência nesta tarde defende a nossa bancada e nós também queríamos com o Deputado Ezequias Losso, talvez, toda a nossa bancada fazer coro a este raciocínio, ao raciocínio do Deputado Ezequias Losso quando se faz justiça. A justiça deve ser feita e eu agradeço a Vossa Excelência de estar defendendo uma tese que também é nosso pensamento.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Ao agradecer o aparte do Deputado Gabriel Manoel, gostaria de reiterar ao Ministério Público do Paraná, aos Senhores Promotores de Justiça, a nossa permanente intenção de contribuir com toda e qualquer iniciativa que possa permitir a melhor atuação dos Senhores Promotores e a melhor atuação da Justiça. Importante para que a nossa sociedade tenha tranquilidade e possa desenvolver a sua atividade com a crença, a fé a convicção de que a justiça não há de faltar à gente do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em discussão a Proposição n.º 68/83.

Encerrada a discussão. Em votação. — Aprovado por unanimidade.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 84/83, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, já aprovado:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem 67/83), e que aumenta em 35% (trinta e cinco por cento) a partir de 1.º/07/83, os vencimentos de cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo do Estado, conforme especifica. Com Pare-

ceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publicado no D.A. n.º 70, de 21/06/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 84/83

Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei em exame objetiva a majoração dos vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e do soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A majoração proposta atinge, também outras vantagens, tais como salário família, gratificação de produtividade e as instituídas pela Lei n.º 6.212/71, incidindo, também, sobre as pensões pagas pelo Estado e as atribuídas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Como se ve, a despeito de todas as afirmações em contrário e obedecendo aquilo que sempre afirmou como candidato o Excelentíssimo Senhor Governador encaminhou a este Poder, em tempo hábil, a Mensagem majorando os vencimentos dos funcionários públicos estaduais, dentro das prerrogativas que lhe são conferidas pela Constituição do Estado.

São por demais conhecidas as dificuldades que assolam o País. O Paraná, em particular, se viu assolado por chuvas ininterruptas que, sem qualquer dúvida, contribuíram para debilitar sua economia. No entanto, o Senhor Governador, numa demonstração de fé e otimismo quanto ao futuro do Estado, vem propor, aos funcionários públicos dos Três Poderes e aos seus inativos, um aumento na base de trinta e cinco por cento, e ainda lhes dará, através de outra Mensagem, como afirmou a este Deputado, a tão almejada semestralidade e o décimo-terceiro salário.

Convém aqui ressaltar que outros Estados, que não sofreram em suas arrecadações os tropeços que as chuvas aqui causaram, concederam a seus servidores aumentos em percentuais bem inferiores.

Se, quanto à oportunidade o projeto merece o nosso aplauso, quanto à sua constitucionalidade não há qualquer óbice que se lhe possa antepor, pois o encaminhamento da Mensagem de tal natureza a este Poder obedece o disposto pelo Art. 47, da Constituição Estadual, que atribui ao Governador a competência exclusiva para a iniciativa de tal natureza.

Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

ANIBAL KHURY — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 84/83

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 67/83, tem o presente projeto de lei, a finalidade de majorar em trinta e cinco por cento, a partir de 1.º de julho do corrente, os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

Sobre a matéria houve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

Quanto ao aspecto financeiro objeto de análise desta Comissão de Finanças, temos que o Orçamento Geral do Estado para o presente exercício financeiro, com relação a parte de Pessoal, além da previsão constante das despesas que serão efetuadas, estabelece critérios flexíveis que possibilitam plenamente o atendimento previsto no anteprojeto.

Nestas condições e estando o presente tecnicamente em condições de ser apreciado pelo Plenário, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
ANTÔNIO ANIBELLI — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 84/83

O Projeto de Lei n.º 84/83, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, tem como escopo a majoração dos vencimentos dos funcionários públicos civis e militares do Estado, num percentual de trinta e cinco por cento.

O Projeto mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Tal Mensagem Governamental, que foi objeto de acurados estudos pelos órgãos competentes do Poder Executivo, estudos estes que, inclusive, foram acompanhados pelos representantes do funcionalismo público estadual, atendendo, na medida do possível, suas reivindicações.

Nestas condições, o parecer desta Comissão de Recursos Humanos não pode ser senão pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1983.

(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente e Relator

Em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu devo de pronto dizer que votarei favoravelmente à Mensagem do Senhor Governador, fazendo no entanto, uma restrição ao índice proposto, considerando o anúncio de reajuste semestral para os servidores públicos do Paraná.

Porque, o reajuste semestral já se disse deste plenário, e nós afirmamos em aparte ao Deputado Nilso Sguarezi, só se justifica quando há reposição salarial. Esta com base, com fundamento nas taxas inflacionárias do semestre anterior, de acordo, aliás, com projeto de lei que apresentei nesta Casa e que está tramitando nas Comissões Técnicas neste momento.

Não me parece, Sr. Presidente, que seja razoável propor trinta e cinco por cento de aumento aos servidores públicos e ao mesmo tempo se anunciar o reajuste semestral, quando se sabe que o índice de julho deste ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — o INPC, é de cinquenta e cinco por cento.

Então, já se registra uma defasagem de vinte por cento entre a proposta governamental e o reajuste semestral que deve ocorrer normalmente no mês de julho.

Por esta razão devo lembrar mais a esta Casa, que se recentemente uma Comissão de Servidores Públicos do Estado foi ao Governador José Richa e denunciou, à Sua Excelência uma defasagem de noventa e três por cento nos seus salários, devemos acrescentar, a partir deste momento, estes vinte por cento que são sonogados pelo Governo do Paraná aos nossos servidores. Porque, se não acontecer o reajuste semestral de acordo com o INPC, nós teremos pura e simplesmente uma antecipação de reajuste salarial e esta é a expectativa que nos fica e queremos saber de que forma a semestralidade vai acontecer no Estado do Paraná para os nossos funcionários públicos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em discussão o Projeto de Lei 84/83. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/83, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO JOÃO XXIII", com sede e foro na cidade de Campo Largo. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/83, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública a "CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS", com sede e foro no referido município. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 22/83, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, e que altera dispositivos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, (Estatuto do FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., e EMENDA SUBSTITUTIVA da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 28)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 22/83

Submete-se à apreciação desta Comissão o presente plano de lei de autoria do nobre Deputado HERMAS BRANDÃO, objetivando alterar o dispositivo da Lei 6174, de 16/11/70, (Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná) que trata da aposentadoria de funcionário efetivo.

Colhe-se dos termos da justificativa que a medida tem por finalidade homogeneizar interpretações colidentes, em casos de aposentadoria de servidores que exercem funções diretas nas empresas integrantes da administração indireta do Estado.

Atento, embora, ao preceito constitucional contido nos artigos 25 e 35 da Carta Magna, somos todavia seduzido pelo inquestionável interesse público e alcance social da matéria de que é mensageiro o Projeto, cuja justificativa fundamenta e convence.

Da a incontestável oportunidade e justiça do Plano de Lei em análise, releve-se-lhe o vício de origem a fim de que a sanção governamental venha a transformá-lo em Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 22/83

De autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, o Projeto de Lei ora em exame, acrescenta um parágrafo ao artigo 140, da Lei n.º 6.170, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos).

Os aspectos legais e constitucionais foram analisados pela Comissão de Constituição e Justiça, da qual mereceu parecer favorável.

Tratando-se de medida de alto interesse social, pois vem sanar distorções na interpretação dos dispositivos que regem a aposentadoria de servidores da administração direta e indireta do Estado, merece o nosso irrestrito apoio.

Nestas condições, nosso parecer é pela APROVAÇÃO, porém na forma do Substitutivo que anexamos.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
GABRIEL MANOEL — Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N.º 22/83

Art. 1.º — O parágrafo 3.º, do Art. 140, da Lei n.º 6174 de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3.º — Se, nas condições do inciso III deste artigo, o cargo em comissão não se conformar à simbologia estabelecida para os cargos do Poder Executivo, poderá o funcionário aposentar-se com as vantagens do cargo de maior símbolo. A opção acima facultada abrange os ocupantes de cargos direti-

vos de órgãos da administração indireta do Estado, especificamente nas Fundações, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, bem como as empresas que compõem seu conglomerado e, nas mesmas condições, igual benefício será assegurado a quem exercer mandato eletivo de representação do Estado, no total de sua remuneração e vantagens."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

ANTÔNIO ANIBELLI — Relator

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda substitutiva tem por objetivo incluir entre as condições para opção pela percepção mais vantajosa na aposentadoria, o exercício de mandato eletivo de representação do Estado.

O princípio da mais pura eqüanimidade norteia a proposição aqui contida, haja vista que se concede, normalmente, benefícios na aposentadoria a toda a gama de servidores públicos, não sendo, até aqui, o funcionário público investido em mandato eletivo agraciado com vantagens similares.

A situação especial de quem, por muitas vezes, prejudicando sua carreira funcional, dedicou anos ao serviço público como representante popular junto aos legislativos, vem, na maior parte das vezes, resultar em sérios prejuízos financeiros quando da aposentadoria, por haver o funcionário, durante o tempo de mandato, perdido todas as possibilidades de promoção por merecimento e em prestar concursos que lhe possibilitasse acesso a postos com melhor remuneração.

Ao propormos a presente emenda, estamos vindo ao encontro dos princípios fundamentais da justiça, como vem sendo reconhecido pelo Poder Judiciário, em diversos acórdãos, quando vem dando ganho de causa em uma série de demandas em que o funcionário público investido em mandato eletivo de representação do Estado, pleiteia um tratamento igual ao dispensado aos demais servidores em exercício.

O próprio Governador do Estado, também representante popular, após expirar seu mandato, recebe tratamento especial, ao lhe ser assegurada remuneração mensal e vitalícia.

Por outro lado, o Tribunal de Justiça do Estado, ao se pronunciar sobre o Mandado de Segurança n.º 16/82, ao concedê-lo, utiliza a argumentação brilhantemente exposta pelo Procurador Sílvio de Albuquerque Maranhão, que diz:

"Não tenho dúvidas de que o Ato Institucional n.º 5 que contrariava toda a Constituição Federal, foi revogado, mas a Emenda Constitucional n.º 6, que acrescentou o § 4.º, ao Art. 104, evidentemente não foi revogada, permanecendo o direito do funcionário afastado para o exercício de mandato eletivo, contar o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais bem assim os direitos de férias e licença especial, que são inerentes à efetividade de seu cargo." (o grifo é nosso).

Nestas condições, reconhecido como serviço efetivamente prestado ao Estado o tempo em que o servidor exerceu mandato de representação popular, não há como se lhe negar um tratamento igual no momento da opção pela maior remuneração quando da aposentadoria.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 22/83

O Projeto de Lei em estudo, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo dar nova redação ao inciso III do artigo 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado).

Sobre a matéria já se manifestaram as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, tendo esta apresentado emenda substitutiva.

Analisando as propostas somos de parecer que são oportunas, convenientes, sendo portanto favoráveis a aprovação na

forma do substitutivo apresentado.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente

EDGAR PIMENTEL — Relator

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a tramitação do Projeto de Resolução n.º 33/83, que dispõe sobre a criação da Comissão de Direitos Humanos, encarecendo ainda a sua inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 38/83, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, visando a criação da 20.ª Sub-Divisão Policial, com sede no Município de Nova Esperança. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Presidentes do BANESTADO e BADEP, através da Secretaria das Finanças, encarecendo a abertura de crédito especial aos produtores de álcool e açúcar do Estado, segundo pedido da ALCOOPAR. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo auxílio financeiro para a Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná" — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido da construção de pontes sobre os rios Penha, com vão de 15,00 m; Capivari, com vão de 15,00 m e Santa Rosa, com vão de 8,00 m, através da inclusão no Programa do Pró-Safras, do Município de Tibagi. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Senador da República, Deputados Federais líderes das bancadas paranaenses do PMDB e PDS, Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Presidentes das Associações dos Municípios do Paraná e Associações dos Municípios do Oeste, consubstanciado em apelo, visando reformular a legislação federal vigente, referente à cobrança da taxa rodoviária, no sentido de que a maior arrecadação da mesma seja destinada aos municípios, propiciando melhores condições para que as comunas brasileiras possam, então sobreviver e diminuir os fatores determinantes do seu empobrecimento. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Diretores do DER e DNER, através da Secretaria dos Transportes, encarecendo a recuperação da rodovia que liga o Município de Cerro Azul a Curitiba. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura e Presidente do INCRA, encarecendo a sustação do lançamento pelo Instituto, do imposto territorial rural, com redução de noventa por cento dos tributos, e também aos Srs. Governador do Estado, Coordenador Estadual da Defesa Civil, Presidente da Associação Paranaense dos Municípios, Deputados Federais da Bancada do PDS e PMDB e Prefeitos Municipais, dos Municípios relacionados no Decreto n.º 5280/82. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com a Sociedade Duque de Caxias, pela maneira democrática de como realizou as eleições para sua Diretoria, encarecendo seja extensivo o voto à chapa vencedora, e da decisão da Casa seja dado ciência às suas chapas e àquela Sociedade. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo que passe a ser de responsabilidade da SANEPAR, a distribuição de água no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Estadual da LBA, encarecendo a imediata reativação do Núcleo daquela Legião no Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com o Santa Mônica Clube de Campo, pela maneira democrática como realizou as eleições para sua diretoria, encarecendo seja extensivo o voto à chapa vencedora "Família Moniquense". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo a implantação pelo Estado, do segundo grau no Distrito de Lindoeste, bem como a estadualização da Escola de Primeiro Grau Visconde de Mauá, no Distrito de Alvorada do Oeste, Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pes-

suti, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da rodovia que liga a PR-460 (Pitanga-Campo Mourão) ao Município de Ivaiporã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo a criação de Núcleo Regional de Ensino, na região central do Estado, com sede no Município de Ivaiporã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Senadores, membros da Comissão de Segurança Nacional, para que os mesmos manifestem-se favoravelmente à aprovação do projeto de lei que reestabelece a autonomia política nos Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Helena, Guaíra, Pérola D'Oeste, Cândido Rondon, Medianeira, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Capanema e São Miguel do Iguaçu. — Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Esta Presidência registra a presença em plenário, da Senhora Vereadora de Curitiba, Doutora Rosa Maria Chiamulera.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 24, à hora regimental, com a

ORDEM DO DIA

já designada em sessão anterior.

Levanta-se a sessão.